

O CENÁRIO ATUAL DA POLÍTICA PÚBLICA PELA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DA PERSONALIDADE À EDUCAÇÃO, EM REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

THE CURRENT PUBLIC POLICY SCENARIO FOR THE PROMOTION OF MENSTRUAL DIGNITY IN EDUCATION AS AN INSTRUMENT TO ENFORCE THE RIGHT OF PERSONALITY TO EDUCATION, IN A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

IVAN DIAS DA MOTTA

Pós-doutor em Direito. Docente Permanente do Programa Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. <http://lattes.cnpq.br/150811127815799>; <https://orcid.org/0000-0002-7515-6187>.

MARIA DE LOURDES ARAÚJO

Doutora e mestra em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná. <https://orcid.org/0000-0001-6630-2405>; <http://lattes.cnpq.br/9947503785992331>.

RESUMO

Objetivo: O objetivo deste artigo é elaborar um levantamento da produção científica recente (cinco anos), em línguas portuguesa e inglesa, acerca das políticas públicas vigentes pela efetivação dos direitos da personalidade à educação e à dignidade menstrual no cenário da educação estadual. Pressupõe que as pessoas que carregam um útero ativo na escola pública demandam tratamento, cuidado e condições específicas para as quais as políticas públicas educacionais precisam se ocuparem, sob pena de ofensa grave ao direito da personalidade à educação.

Método: Foi utilizada a metodologia de revisão sistemática de literatura no período compreendido entre 2018 a 2024, em cinco abrangentes bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Elton B. Stephens Company (EBSCOhost); Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Unicesumar (BDU).



Resultados: Aplicado os protocolos de pesquisa em cada base de dados, a partir dos critérios justificados de inclusão e exclusão, o estudo partiu de 1.135 documentos e alcançou um resultado de 92 (noventa e dois) trabalhos relevantes. Contudo, nenhum se ocupou da indicação de uma política pública pela efetivação da dignidade menstrual na escola, na perspectiva do direito da personalidade à educação.

Conclusões: O estudo concluiu que: a) grande parte da produção científica sobre a menstruação está concentrada nas áreas das ciências biológicas; b) nenhuma pesquisa fez a análise de uma política pública em âmbito estadual pela promoção da dignidade menstrual na escola estadual, efetivando este e outros direitos da personalidade como a educação e a equidade de gênero.

Palavras-chave: Equidade de gênero; Dignidade menstrual; Política pública; Direitos da personalidade; Direito à educação.

ABSTRACT

Objective: *The objective of this article is to prepare a survey of recent scientific production (five years), in Portuguese and English, regarding current public policies for the implementation of personality rights to education and menstrual dignity in the state education scenario. It assumes that people who carry an active uterus in public schools require treatment, care and specific conditions for which public educational policies need to address, under penalty of serious offense to the personality's right to education.*

Method: *The systematic literature review methodology was used in the period between 2018 and 2024, in five comprehensive databases: Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES); Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD); Elton B. Stephens Company (EBSCOhost); CAPES Periodical Portal and Unicesumar Digital Library (BDU).*

Results: *After applying the research protocols in each database, based on justified inclusion and exclusion criteria, the study started with 1,135 documents and achieved a result of 92 (ninety-two) relevant works. However, none of them took care of indicating a public policy to implement menstrual dignity at school, from the perspective of the personality's right to education.*

Conclusions: *The study concluded that: a) much of the scientific production on menstruation is concentrated in the areas of biological sciences; b) no research has analyzed a public policy at the state level to promote menstrual dignity in state schools, implementing this and other personality rights such as education and gender equality.*

Keywords: *Gender equity; Menstrual dignity; Public policy; Personality rights; Right to education.*



1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO¹

A menstruação corresponde a um fenômeno não exclusivamente humano de ordem biológica que incide em todo organismo que ostenta um útero ativo², circunstância que ocorre, em média, desde a menarca até a menopausa, ou seja, dos 11 (onze)/13 (treze) até os 50 (cinquenta) anos de idade. Diante disso, considerando a que a idade escolar varia dos 4 aos 17 anos³, o direito da personalidade à educação é obrigatório e deve ser ofertado gratuitamente, de modo que a escola pública precisa ofertar uma eficiente política pública de acolhimento, tratamento psicopedagógico e material à pessoa que involuntariamente menstrua. Caso contrário, há violação ao preceito constitucional que inaugura os direitos fundamentais à equidade de gênero.

Segundo relatório produzido pela ONU/UNICEF, “321 mil alunas, 3,0% do total de meninas estudantes brasileiras, estudam em escolas que não possuem banheiro em condições de uso”. Ainda, “no Brasil, 1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, não tenham a sua disposição papel higiênico nos banheiros das escolas em que estudam; dentre essas meninas, 66,1% são pretas/pardas” (ONU, 2021, p. 18)⁴.

As políticas públicas dirigidas ao campo educacional, em formato de arranjos institucionais (Coutinho, 2013 e Bucci, 2021) que instrumentalizam a efetivação de direitos, demandam terem em consideração todas estas variáveis, sob pena de afrontarem valores eleitos como cernes do sistema de proteção de direitos humanos no Brasil, assim especialmente considerada a equidade de gênero, raça e classe.

¹ O trabalho olha apresentado é uma síntese do primeiro capítulo da Tese apresentada pela autora ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UNICESUMAR) como requisito para a obtenção do título de Doutora em Direito. Considerada a limitação imposta pela política editorial da revista, o inteiro teor da pesquisa com a descrição pormenorizada de cada etapa da revisão sistemática de literatura perpetrada pode ser consultado acessando diretamente a tese na página específica tanto da instituição de ensino quanto da Capes.

² O que alcança homens trans, pessoas não binárias e intersexo.

³ Conforme art. 4º, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

⁴ O relatório ainda detalha os dados postos por região geográfica: “comparando a situação somente dentre as escolas localizadas no Norte, o percentual de meninas sem acesso a banheiro em suas escolas chega a quase 8,4%. Quanto à esfera administrativa da escola, em escolas públicas estaduais são 249 mil meninas sem banheiro disponível na escola, o que representa 77,6% do total das escolares nessa situação” e que “ao olhar entre os recortes de regiões do país, comparando essa mesma situação, a das escolas que não tem banheiros separados por sexo, existe uma chance 3,6 vezes maior de que uma menina do Nordeste esteja nessa situação quando comparada a uma menina no Sudeste e, ainda pior, proporcionalmente temos mais que 4 meninas na região Norte para cada menina no Sudeste nessas condições. Se compararmos proporcionalmente a situação para meninas em escolas urbanas e rurais, o risco relativo de que uma menina estude em uma escola que não tenha banheiros separados para meninas e meninos é 138% maior para meninas em áreas rurais do que urbanas” (ONU, 2021, p. 18).



Neste contexto, a pesquisa que ora se põe a campo, tem a finalidade de levantar e identificar o que já foi produzido no cenário científico e acadêmico nos últimos anos acerca das políticas públicas estaduais que se ocuparam do tratamento da dignidade menstrual na escola. Para tanto, elegeu-se como método de investigação e apuração a revisão sistemática de literatura, enquanto método rigoroso, confiável, replicável, auditável, transparente e continuado de identificar toda a pesquisa relevante acerca de um determinado assunto, na forma posta a seguir.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A técnica de revisão sistemática de literatura, comumente empregada para localizar estudos relevantes, muito empregada nas Ciências Médicas⁵, destacada por Lara, Siqueira e Siqueira (2022, p. 94), pois “permite a elaboração de conclusões amplas e robustas, a elaboração de sínteses e críticas capazes de identificar relações, contradições, lacunas e inconsistências, possibilitando, ainda o desenvolvimento de uma nova teoria”, sem ignorar a relevância da técnica também para “fornecer estratégias para a prática e política, além de delinear direções importantes para pesquisas futuras”.

Sob a perspectiva da ciência jurídica, foi possível o mapeamento da produção científica/acadêmica em torno da dignidade menstrual, das políticas públicas, dos direitos da personalidade e da educação nas cinco bases de dados que concentram as pesquisas acadêmicas submetidas a critérios de confiabilidade e revisão por pares, quais sejam: a) Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – plataforma de acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação no Brasil, fornecidas pelas instituições de ensino, atualizada anualmente; b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) – banco que agrega textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa, que congrega 147 (cento e quarenta e sete) instituições, 672.535 (seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco) dissertações, 253.428

⁵ Archibald Leman Cochrane (1909-1988) foi um médico escocês que revolucionou a Medicina ao defender o uso do método científico para investigar a eficiência e a eficácia de tratamentos e doenças. Assim, foi um dos pioneiros e fundadores da medicina baseada em evidências (Cochrane, 2024).



(duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito) teses e 925.963 (novecentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e três) documentos⁶; c) Elton B. Stephens Company (EBSCOhost) – plataforma de pesquisa *online*, com artigos licenciados por editores reconhecidos por profissionais de bibliotecas, que disponibiliza acesso a 17.839 títulos, divididos em livros, periódicos e revistas científicas; d) Portal de Periódicos da CAPES – sistema operacional que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente, além de outros assinados por editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil, com mais de 39 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdo diversos e; e) Biblioteca Digital Unicesumar (BDU) – ferramenta de consulta que concentra o Catálogo *online*, o Portal de Periódicos UNICESUMAR, o Repositório Digital Unicesumar (RDU) e Periódicos⁷.

Usa-se a terminologia “pessoas que menstruam” em vista do reconhecimento da necessidade de inclusão na abrangência da dignidade menstrual de homens e meninos transexuais e pessoas não binárias, já que, potencialmente, também menstruam. Em uma comunidade humana politicamente organizada, que se propõe a ser democrática, livre e plural e que anseia promover o bem de todos, indistintamente e sem qualquer discriminação de origem, raça, sexo (gênero), cor ou idade, a dignidade menstrual como objeto de políticas públicas de promoção humana, que agregue todos os corpos, precisa ser estudada, discutida e oportunizada, tendo em vista que:

[...] a lacuna de conhecimento está presente tanto nas pessoas que menstruam como especialmente naquelas que não o fazem. Gerações de pessoas que não menstruam ocuparam posições de poder sem uma compreensão adequada da função biológica. Os resultados são políticos que tomam decisões políticas equivocadas (Lerner, 2023, p. 232).

As concepções políticas e sociais equivocadas, que invisibilizaram as mulheres, pessoas que menstruam e as suas necessidades, retratam também

⁶ Número apurado a partir de pesquisa realizada em outubro de 2024, na página inicial da biblioteca. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 4 out. 2024.

⁷ A opção por estas plataformas se deve à abrangência que alcançam e à seriedade das publicações que, submetidas à revisão por pares e bancas, inclinam-se a apresentar elementos de informações e pesquisas mais confiáveis. As duas primeiras bases, malgrado apresentem agregar a mesma questão, apresentam distinções de critérios de busca e de inserção, o que permitiu maior abrangência e confiabilidade na pesquisa.



preconceitos acadêmicos androcêntricos, centrados apenas no homem e em seus interesses e suas pretensões.

Vislumbrando uma aparente invisibilidade da dignidade menstrual na pesquisa científica produzida no cenário acadêmico nacional, a revisão sistemática proposta visa identificar, com clareza e segurança, o fenômeno social que, decorrente de uma circunstância de ordem biológica e natural, contribui para a vulnerabilidade interseccional da condição de gênero da pessoa que menstrua, especialmente na escola.

Via de regra, as propostas de estruturação de uma revisão sistemática de literatura recomendam três passos a serem seguidos para a afirmação circunspecta das evidências (Denyer; Tranfiel; Smart, 2003, p. 2014), com a possibilidade de auditoria posterior, seja pelo próprio pesquisador, para a atualização da verificação, ou pela submissão ao atesto dos pares. Recomenda-se rigor na descrição de cada etapa do procedimento, que pode ser traduzido na forma de três ou cinco etapas, subdivididas em outras, com a manutenção da mesma estrutura básica.

Para o fim de consecução dos objetivos pretendidos nesta revisão, e orientados pelos padrões de revisão visitados, foram seguidos os seguintes estágios: Estágio I – Planejamento e organização: a) proposta de revisão; b) definição da questão-problema; c) desenvolvimento do protocolo de revisão; Estágio II – Condução da revisão – fase exploratória: a) Seleção dos estudos e extração dos dados em cada base; b) Síntese dos dados obtidos; Estágio III – Relatório e discussão: a) Análise e discussão dos resultados, tudo na forma adaptada de Tranfield, Denyer e Smart (2003, p. 214).

2.1 ESTÁGIO I – PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Agregou tarefas que precederam a pesquisa propriamente dita, visando garantir que no momento da exploração e da extração dos dados houvesse racionalidade e eficiência no trabalho desempenhado. A proposta de revisão pressupôs a realização prévia de uma análise de escopo em trabalho científico elaborado pelos autores (Motta *et al.*, 2021), onde foram definidos os conceitos iniciais acerca da pertinência da investigação do tema que afeta diretamente o âmago da personalidade da pessoa que menstrua. Assim, as questões que foram exploradas na



revisão sistemática estão vinculadas às políticas públicas de efetivação do direito da personalidade à dignidade menstrual no ambiente escolar.

Na definição da questão-problema, para a formulação da pergunta de pesquisa, foi adotada a estratégia PICO⁸, que “pode ser utilizada para construir questões de pesquisa de naturezas diversas, oriundas da clínica, do gerenciamento de recursos humanos e materiais”, tudo visando a “busca de instrumentos para avaliação de sintomas entre outras” (Santos; Pimenta; Nobre, 2007, p. 2), aqui empregada, nos termos da tabela seguinte.

Estratégia PICO

	Definição	Identificação na revisão
P	Paciente, problema, população	Pessoas que menstruam cursando o Ensino Fundamental II
I	Intervenção	Uma política pública educacional estadual
C	Comparação ou controle	Modelos de políticas públicas que já trataram da temática
O	Outcome – resultado esperado	Efetivação do direito da personalidade à dignidade menstrual

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Com esta reflexão como norte, a pergunta que orientou a revisão sistemática, com a estratégia PICO, foi: pessoas que menstruam e estão obrigatoriamente na escola⁹, cursando o Ensino Fundamental II¹⁰, estão tendo efetivado o direito da personalidade à dignidade menstrual por intermédio das políticas públicas educacionais?

⁸ Representa “um acrônimo para **P**aciente, **I**ntervenção, **C**omparação e “**O**utcomes” (desfecho)”.
⁹ O Ensino Fundamental é obrigatório no Brasil a partir dos seis anos de idade, nos termos da Lei nº 11.114/05, que alterou o art. 32 da Lei nº 9.394/96, para impor a seguinte redação: “O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante”. Além disso, para o combate à evasão escolar, afirmando o compromisso com a obrigatoriedade do ensino, foi criminalizada a conduta daquele responsável que, sem justa causa, deixa de prover a instrução primária de filho em idade escolar (art. 246 do Código Penal) (Brasil, 2005; 1940).
¹⁰ As pessoas que tem útero menstruam, em média, entre os onze e os cinquenta anos (da puberdade, com a primeira menstruação, que pode aparecer entre os 13 e 16 anos, dependendo de fatores genéticos e ambientais, até a menopausa (estado fisiológico caracterizado pela interrupção dos ciclos menstruais normais, acompanhado de alterações hormonais em mulheres após os 45 (quarenta e cinco) anos). (Dicionário Médico, 2023a; 2023b). Assim estabelece o art. 4º da Resolução nº 2, de 9 de outubro de 2018, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que define diretrizes operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade: “O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 7/2010” (Brasil, 2018).



Para tanto, os elementos básicos e protocolos utilizados para rastrear as evidências científicas nos cinco bancos de dados eleitos foram: políticas públicas, direitos da personalidade, dignidade menstrual e educação.

No desenvolvimento do Protocolo de pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão que orientaram a revisão sistemática, foram, basicamente: i) parâmetro linguístico: documentos em língua portuguesa e inglesa; ii) recorte temporal: período compreendido entre janeiro de 2018 e outubro de 2024; iii) recorte temático: trabalhos elaborados a partir das Ciências Humanas/Sociais ou que repercutam na Ciência Jurídica; iv) bases de dados: publicações depositadas nas plataformas já referidas.

Após a revisão prefacial de escopo, foram definidas as seguintes palavras-chave em Língua Portuguesa e Língua Inglesa: “menstruação”, “eumenorreia”, “pobreza menstrual”, “dignidade menstrual”, “políticas públicas”, “direitos da personalidade”, “educação” e “*menstruation*”, “*menstrual period*”, “*with regular menstruation*”, “*menstrual dignity*”, “*menstrual proverty*”, “*public policies*”, “*personality right*” e “*education*”, isoladas e combinadas com os operadores booleanos “*and*” e/ou “*or*”¹¹⁻¹².

2.2. ESTÁGIO II: CONDUÇÃO DA REVISÃO – FASE EXPLORATÓRIA

Na seleção dos estudos e extração dos dados em cada base, optou-se por tratar de cada uma das plataformas em tópicos separados e internamente subdivididas em buscas com os idiomas português e inglês. Os dados assim obtidos em cada plataforma foram condensados em momento posterior, quando já estavam em menor volume. Para esta etapa, nas bases compatíveis, foi utilizado o aplicativo Rayyan (BVS, 2021)¹³.

¹¹ Os protocolos de busca foram, dentro do possível, replicados em Língua Inglesa, com ponderações. A palavra básica “menstruação”, por exemplo, em Língua Inglesa, ora corresponde ao termo “*menstruation*” ora simplesmente “*period*” (correspondente a “*the bleeding from a woman’s uterus that happens approximately every four weeks when she is not pregnant*” (o sangramento do útero de uma mulher que ocorre aproximadamente a cada quatro semanas quando ela não está grávida – tradução nossa) (Cambridge Dictionary, 2022). Circunstância semelhante ocorreu com a palavra “eumenorreia”, correspondente a “ciclos menstruais regulares” (Poli, 2001, p. 37). Terminologia da área médica, observou-se correspondência nos trabalhos em Língua Inglesa, optando-se pelo termo “*with regular menstruation*” - “Com menstruação regular” (tradução nossa).

¹² Testes preliminares com ambas as expressões, intentaram compreender quais retratariam com mais fidelidade o objeto de pesquisa perseguido. Foi majoritariamente utilizada a expressão “*menstruation*”. Contudo, onde o resultado preliminar não restou tão significativo, optou-se também pela consulta com a expressão “*period*”, associada com palavra “*menstruation*”.

¹³ Dispositivo da *web* mantido pela *Qatar Foundation*, utilizado primariamente para auxílio em pesquisas do tipo revisão sistemática. A partir de marcadores específicos, categoriza textos incorporados à plataforma, visando agilizar a triagem inicial semiautomatizada. Após a conversão (*upload*), a



Os achados obtidos foram consolidados em arquivo único e o resultado parcial representado na forma da tabela abaixo.

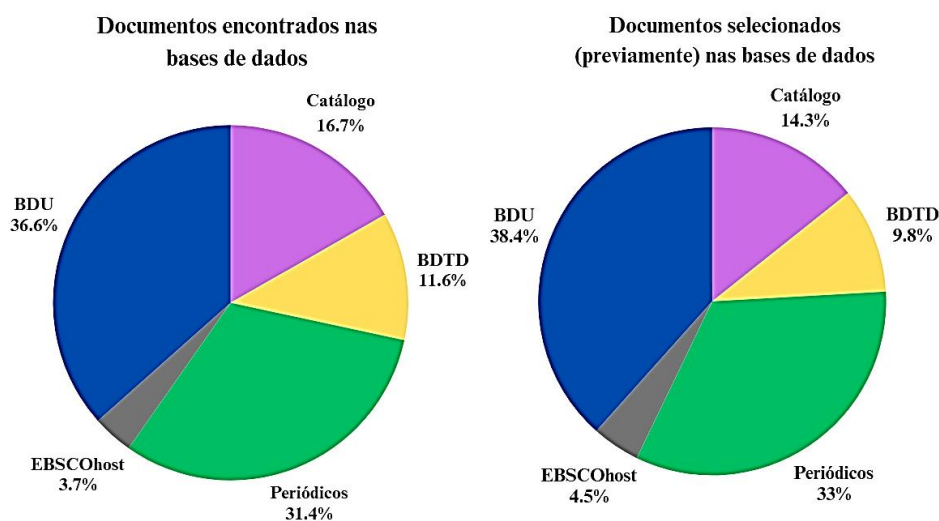
Fechamento parcial - síntese dos achados e trabalhos selecionados em todas as cinco bases de dados

Base de dados		Nº de documentos encontrados	Nº de documentos selecionados
a)	Catálogo de teses	190	16
		(90 (português) + 100 (inglês))	(16 (português) + 0 (inglês))
b)	BDTD	132	11
		(78 (português) + 54 (inglês))	(11 (português) + 0 (inglês))
c)	BDU	415	43
		(126 (português) + 289 (inglês))	(16 (português) + 27 (inglês))
d)	EBSCOhost	42	5
		(12 (português) + 30 (inglês))	(1 (português) + 4 (inglês))
e)	Periódicos Capes	356	37
		(144 (português) + 212 (inglês))	(19 (português) + 18 (inglês))
Total		1.135	112

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Percentualmente, a proporção comparativa e correspondente entre os resultados encontrados e os resultados selecionados para a fase de síntese dos dados obtidos pode ser visualizada na forma do seguinte gráfico.

Percentual de trabalhos encontrados e selecionados em cada banco de dados



Fonte: Elaborada pela autora (2024)

plataforma interpreta os dados nos formatos de texto "EndNote Export (*download example.enw*); Refman/RIS (*download example.ris*); BibTeX (*download example.bib*); CSV (*download example.csv*); PubMed XML (*download example.xml*); New PubMed Format (*download example.nbib*); Web of Science/CIW (*download example.ciw*)" (RAYYAN, 2023).



Diante da consolidação dos trabalhos selecionados em cada banco de dados, dentre os 112 (cento e doze) documentos de pesquisa, foram identificados 20 (vinte) que constavam em mais de uma fonte e dispensados como excedentes. Assim, para a análise final, restaram 92 (noventa e dois) documentos. Dentre estes, 4 (quatro) teses, 26 (vinte e seis) dissertações, 2 (duas) matérias jornalísticas e 60 (sessenta) artigos e textos de periódicos/revistas científicas.

Uma tese de 2021 e 2 (duas) dissertações (uma de 2019 e outra de 2023), não estavam com divulgação autorizada¹⁴.

Assim posta a pesquisa, para a análise classificatória dos 92 (noventa e dois) documentos, resultado junção das pesquisas em cada um dos cinco bancos de dados, excluídos os duplicados e mantidos aqueles sem divulgação autorizada, foram criadas categorias de aproximação.

Para a etapa de síntese, os documentos obtidos foram categorizados tematicamente, permitindo a avaliação por blocos de aproximação e correlação. As categorias antepostas foram: a) reportagens; b) tecnologias menstruais; c) política

¹⁴ Informações acerca da não permissão de acesso disponíveis em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10463590 e <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/68379?show=full>. Acesso em 22 set. 2023. Em contato com as autoras, foi possível acessar a dissertação produzida por Caroline Luiza Willig, com o título “**Tá de Chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola**”, defendida em 2021, no âmbito do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, da Universidade FEEVALE, de Novo Hamburgo. A pesquisa debateu a existência de uma “natureza” tipicamente feminina, seguida de uma análise de vários discursos midiáticos em torno da menstruação, por meio de técnica que a autora nominou “bricolagem midiática”, cujas amostras “do *corpus* de pesquisa” foram levadas a “um grupo de professores e professoras, a fim de dialogar sobre os estigmas que envolvem o sangue menstrual, numa ponte entre mídia e educação, ampliando então os olhares sobre a pesquisa” (Willig, 2021, p. 49). Providência similar foi empreendida por Márcia Alexandrino de Lima, com o título: “**Pra onde vai todo esse sangue na menopausa?**”: uma análise antropológica dos sentidos da menopausa entre mulheres em Rio Tinto/Paraíba”, pesquisando junto à Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa, em 2019. Em contato pessoal, via telefone celular, a autora compartilhou a dissertação. A pesquisadora fez pesquisa de campo junto na Unidade Básica de Saúde (UBS 5 Ruas), em Rio Tinto/PB, aplicando um questionário a mulheres usuárias e profissionais de saúde, abordando as respectivas percepções sobre a menstruação, a menopausa e os sintomas biológicos de cada fenômeno, em uma perspectiva antropológica. Por fim, a tese produzida por Patrícia Albuquerque Moraes, numa revisitação da primeira etapa desta pesquisa, e em contato direto com a pesquisadora, via *e-mail* e por intermédio da rede social *Instagram* (perfil @patriciaalbuquerquemoraes), foi oportunizado acesso ao trabalho elaborado, na sua versão final. A tese desenvolveu um questionário para avaliação da qualidade de vida da pessoa no período menstrual, adaptando um modelo internacional “*menstrual practice needs scale* (NPNS-36)”. Trata-se do mesmo tema da dissertação de Evelly Vitória Azevedo Souza, com o título “Tradução e adaptação cultural na escala “*menstrual practice needs scale* (MPNS-36)” para o contexto brasileiro”. A autora afirma ser necessário “entender como se comportam os hábitos e as condições de higiene menstrual” já que estas compreensões “podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa população, além de proporcionar avanços no que diz respeito à saúde de modo geral” (Souza, 2023, s.p.).



pública; d) escola/educação e direitos humanos; e) experiências internacionais; f) sangue menstrual; e g) dignidade e pobreza menstrual no Brasil.

a) Na categoria reportagens, o primeiro trabalho é um projeto experimental apresentado à Coordenação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo. A autora apresenta o “Projeto Luas”, onde relata histórias de mulheres potiguares que sofrem com a “pobreza menstrual”, concluindo que “a dignidade menstrual é uma questão de saúde pública e contribui para o rompimento dos preconceitos que permeiam a questão da menstruação” (Santos Neta, 2022, p. 8).

O texto seguinte é um artigo científico que, fundado em estudos de Heleieth Saffioti e Judith Butler, analisa as questões de gênero que perpassam a condição de indignidade menstrual em reportagem exibida no dia 2 de maio de 2021, no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, expondo os elementos que compõem a pobreza menstrual e utilizando como instrumento de análise a metodologia do imaginário.

b) Na categoria tecnologias menstruais, constou o artigo que aborda as características, vantagens do primeiro produto para contenção do fluxo menstrual que, em formato de taça e feito de silicone, não absorve, mas colhe o fluido menstrual e a sua tardia chegada ao mercado brasileiro, já que criado em 1937. Avalia que a disseminação do coletor muito se deve aos movimentos de mulheres que se propõem a quebrar o silêncio da menstruação, transformando o diálogo entre iguais que se articulam e transformam os discursos sobre o corpo, a saúde, a sexualidade e a mídia.

O artigo seguinte também destaca o coletor menstrual como método eficaz. Pontua, porém, que a falta de informações acerca da menstruação dificulta a adesão ao uso. A aceitabilidade do coletor menstrual foi avaliada na pesquisa, por amostragem, com 28 estudantes, entre 13 e 19 anos, em Thokarpa, Sindupalchowk, no Nepal. As participantes avaliaram positivamente o produto, destacando a vantagens práticas, econômicas e ambientais, além do enfrentamento do absenteísmo escolar.

Outro trabalho aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes venezuelanas em condição de refúgio no Brasil com o agravamento da crise que impera no país vizinho. Avalia a indignidade na condição de gênero, analisando as dificuldades das mulheres e meninas pobres em idade escolar para lidar com o manejo adequado da menstruação.



No estudo subsequente, os autores destacam “a importância das políticas públicas de estado sustentáveis, através da análise das proposições políticas entre os meios descartáveis e reutilizáveis na região nordeste do Brasil”. Observa que todas as capitais do nordeste dispõem de legislação pela promoção da dignidade menstrual, afirmando que “deve ser desencorajado pelas razões óbvias da dependência de infraestrutura básica essencial à higiene” (De Melo, 2023, p. 01).

c) Na categoria política pública o primeiro trabalho, uma tese de doutoramento em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁵.

O registro subsequente é uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, que avaliou as condições e as políticas de saúde destinada às mulheres venezuelanas acolhidas no Brasil, pelo acompanhamento, em entrevistas semiestruturadas, com 4 (quatro) famílias. A pobreza menstrual foi identificada como uma, dentre várias, das vulnerabilidades a que estão expostas e que vão além da saúde física.

O próximo texto cuida da apresentação de práticas extensionistas no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, que consistiu na criação de um *blog* com informações sobre a pobreza menstrual e a importância de políticas públicas na área.

O trabalho subsequente, editado na Universidade de Essex, no Reino Unido, expõe a questão do estigma e da vergonha que perpassa a menstruação, ressaltando que as políticas públicas, por si só, não têm o condão de modificar o quadro, mas interagem com as normas sociais. O texto explorou 34 (trinta e quatro) documentos políticos e 85 (oitenta e cinco) entrevistas com gestores públicos na Índia, no Quênia, em Senegal e nos Estados Unidos. Indica que as políticas públicas contribuem para promover a “alfabetização menstrual”, mas não acabam com o estigma, já que os próprios gestores se mostravam constrangidos para falar sobre a menstruação.

A pesquisa seguinte identificada na categoria política pública é um artigo científico que, por métodos diversos, investigou como a menstruação afetava a capacidade das mulheres e meninas de participarem plenamente da vida escolar e comunitária em cinco distritos do Nepal. Realizou 860 (oitocentos e sessenta) entrevistas e outras intervenções científicas empíricas com estudantes, professores e

¹⁵ Embora trate de política pública para mulheres, a pesquisa concentra-se apenas no ciclo de formação da agenda. Traz contribuições relevantes que se aproximam do estudo jurídico da política pública, a partir de Michael Howlett e Leonardo Secchi.



gestores. Identificou a necessidade da abordagem do tema com meninas, meninos (ensino conjunto), família e comunidade, como mecanismo de superação dos obstáculos sociais, culturais e econômicos que impõem ônus desproporcionais às meninas e mulheres.

Todos os demais trabalhos discutem iniciativas locais e em âmbito nacional, tanto do poder público quanto da sociedade civil, pelo reconhecimento de direitos humanos das mulheres e meninas, aí compreendida a dignidade menstrual.

d) Na categoria escola/educação e direitos humanos foi identificado grande número de trabalhos publicados nas bases de dados pesquisadas. Para efeito de análise, foram subcategorizados em: educação; saúde e; direitos humanos.

d.1) Na primeira subcategoria (educação), constam duas dissertações de Mestrado. Numa delas o objeto principal de pesquisa é a dimensão da educação sexual, apontando a necessidade da abordagem didática da menstruação (entre 2015 a 2020, nas 91 dissertações produzidas no período, no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da UNESP, apenas 23% mencionavam palavras relacionada à menstruação). Outra experiência empírica demonstra a construção de uma unidade didática em uma escola rural no interior do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, com 8 (oito) encontros, identificando que os jovens são inseguros e desinformados acerca da sexualidade, fenômeno enfrentado por meio da educação sexual, que deve, por consequência, estudar a menstruação, desmistificando o tema.

A falta escolar em decorrência da indignidade menstrual é apresentada por em relato de experiência acadêmica junto a Uniceub, concluindo que a informação das “alunas sobre a pobreza menstrual é mínimo e fatores como falta de infraestrutura, acesso limitado a produtos de higiene e constrangimento devido à menstruação contribuem para o absenteísmo escolar” (Costa; Queiroz, 2023, p. 6).

A dissertação e o artigo produzidos por (Reyes, 2023) foram elaborados a partir da linha de pesquisa “Formação de Professores, Teorias e Práticas”, da Universidade La Salle, narrando experiências colhidas de alunos do nono ano do ensino fundamental dois, de uma escola pública em Novo Hamburgo-RS¹⁶. A autora culmina reconhecendo a escola pública como um ambiente propício à pobreza menstrual, sendo plenamente “factível reverter esse cenário mediante o acesso

¹⁶ A análise dos dados obtidos foi sistematizada com a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), o que lhe infere considerável densidade científica.



universal à informação, a promoção do diálogo e a provisão de condições básicas de higiene menstrual nos banheiros escolares” (Reyes, 2023, p. 123).

Todos os demais trabalhos destacam a importância da revisão dos conceitos e conteúdo de educação sexual na escola, especialmente no ensino fundamental dois, quando normalmente pessoas que menstruam entram na menarca. Relatam experiências em diversas regiões no país, dentre eles: São Sepé-RS, Porto Alegre-RS, Rio Verde-GO e na região amazônica.

d.2) Na subcategoria saúde constaram trabalhos desenvolvidos em programas de residência pedagógica, com alunos do 9º ano do ensino fundamental, apontando os vários mitos e estigmas que os adolescentes de ambos os sexos tinham acerca da menstruação, do próprio corpo e da sexualidade, o que colabora para a ocorrência de gravidez na adolescência¹⁷.

d.3) Na subcategoria direitos humanos foi destacado o caráter multidimensional da pobreza menstrual, o que demanda políticas públicas eficazes. O trabalho encontrado carece de densidade acadêmica.

e) Na categoria experiências internacionais¹⁸ todos destacam a importância e a necessidade de discussão da menstruação no ambiente escolar, seja como mecanismo de enfrentamento dos diversos estigmas e da desinformação, ou mesmo como meio de equalização de oportunidades sociais e educacionais em condições equitativas para homens e mulheres.

f) Na categoria “sangue menstrual”, viu-se que vários textos se concentram no misticismo e nos estigmas que este carrega. Os textos debatem os tabus que permeiam o sangue menstrual e a repercussão nas construções identitárias de reconhecimento dos corpos, das vidas das pessoas que menstruam e do papel que a mídia/propaganda desempenha na perpetuação destes padrões.

g) Na categoria dos trabalhos que tratam da pobreza/dignidade menstrual a partir de experiências ou produções nacionais percebe-se uma profusão de cenários em que a indignidade/pobreza menstrual é destacada nos textos: no interior do sistema carcerário, na crise migratória e na vulnerabilização das pessoas que menstruam.

¹⁷ Um dos trabalhos conclui com a apresentação de uma cartilha abordando a temática para discussão com os adolescentes.

¹⁸ Os documentos até demandariam mais uma subclassificação, distinguindo as vivências nos países pobres e nos países ricos, sendo relatadas e debatidas experiências de indignidade menstrual e também intervenções exitosas.



Um estudo em especial deve ser destacado, vez que (Buitrafo, 2024) invoca da importância da construção de uma política pública que trate a dignidade menstrual no ambiente educacional na Colômbia. A autora assevera o caráter transdisciplinar e múltiplo que a dignidade menstrual demanda, com especial realce a necessidade da promoção de uma educação com perspectiva de gênero, quando afirma que, para pôr fim à condição de indignidade menstrual “devem ser utilizadas múltiplas estratégias, pois é um fenômeno complexo que atravessa vários problemas que as mulheres enfrentam” e exige intervenções efetivas no âmbito do “governo nacional e os governos locais, através de políticas públicas educativas de educação familiar e comunitárias sobre direitos sexuais e reprodutivos nas escolas” (Buitrafo, 2024, p. 45)¹⁹.

Concluída esta etapa de extração e análise individualizada das evidências encontradas, os dados e o tratamento levado a termo em cada um dos bancos de dados foram retratados na forma do organograma Prisma²⁰.

2.3 ESTÁGIO III – RELATÓRIO E DISCUSSÃO

Em análise e discussão dos resultados, foi possível ampliar a consciência do caráter multidimensional da condição de indignidade menstrual, encontrando estudos nas áreas da Saúde, Educação, Propaganda, *Marketing*, Antropologia, Sociologia, Direito, Filosofia, Política Pública, Artes, Pedagogia e Jornalismo. A pandemia da

¹⁹ A autora continua afirmando que: o acesso gratuito em instituições educacionais ou serviços de bem-estar familiar a produtos de higiene menstrual ou coordenação de subsídios para a compra única de produtos de gestão menstrual de baixo custo e sustentáveis com o ambiente, como o coletor ou a calcinha absorvente reutilizável, para reduzir as despesas das famílias que são obrigadas a utilizar os seus rendimentos para comprar produtos caros por falta de conhecimento ou facilidade de acesso para garantir a menstruação com dignidade sem exigir sacrifícios como alimentação ou educação” No original: *Para eliminar la pobreza menstrual se deben hacer múltiples estrategias, al ser un fenómeno complejo y transversal a varias problemáticas que se enfrentan las mujeres, sin embargo el gobierno nacional y los gobiernos locales, a través de políticas educativas de educación familiar y comunitaria en materia de derechos sexuales y reproductivos en los colegios, el acceso gratuito en instituciones educativas o de atención del servicio de bienestar familiar a productos de higiene menstrual o la articulación de subsidios para la compra por única vez de productos de gestión menstrual de bajo costo y sostenibles con el medio ambiente, como lo son la copa o la ropa interior absorbente, podrían reducir los gastos de los hogares que se ven obligados a destinar de sus ingresos a comprar costosos productos por desconocimiento o facilidad de acceso para garantizar una menstruación digna sin que se requieran sacrificios como la alimentación o la educación* (Buitrafo, 2024, p. 45).

²⁰ O instrumento corresponde a uma forma de representação gráfica visual de um processo de busca decorrente da revisão sistemática, que “foi desenvolvida para ajudar revisores sistemáticos a relatar de forma transparente por que a revisão foi feita, os métodos empregados e o que os autores encontraram” (Page *et al.*, 2022, s.p.).



COVID-19 também perpassou trabalhos analisados no encerramento do processo de revisão sistemática de literatura levado a termo.

Outra evidência inusitada foi a percepção de que a indignidade menstrual não é um fenômeno perceptível apenas em nações subdesenvolvidas. Foram identificados relatos de vulnerabilidade menstrual nos Estados Unidos, na Espanha, na Inglaterra, na Austrália, no Reino Unido e na Nova Escócia.

Por outro lado, são bem mais volumosos os indicativos da mesma condição nos continentes asiático (Índia, Cisjordânia, Nepal e Bangladesh) e africano (Gâmbia, Costa do Marfim, Gana e Nigéria), além do Peru (América do Sul) e da Austrália (Oceania). O continente asiático foi o que apresentou o maior número de relatos (7), seguido pelo africano (6)²¹.

Outra questão que também pode ser observada na conclusão da aplicação da técnica foi que, diversamente do esperado na fase preparatória da pesquisa, o maior volume de trabalhos de escopo está concentrado nas dissertações e teses depositados junto aos repositórios oficiais da CAPES. Entretanto, foram bem mais fartas e alvissareiras, do ponto de vista jurídico, as contribuições e evidências presentes em outras bases, especialmente aquelas redigidas e publicadas em Língua Inglesa. Os registros encontrados junto à Biblioteca Digital Unicesumar (289) e no Portal de Periódicos da CAPES (212) em Língua Inglesa ampliaram substancialmente o campo de investigação, se comparados com outros repositórios. Foi a partir destes bancos de dados que foi possível alcançar trabalhos de substancial relevância publicados em outros continentes.

Parece legítimo afirmar a necessidade de que a academia, especialmente a partir da Ciência Jurídica, que debate os direitos e a sua efetivação, traga a temática da dignidade menstrual para o centro das discussões e investigações. Todas as teses e dissertações encontradas que permeavam a dignidade menstrual foram produzidas por mulheres e apenas uma dissertação adveio da Ciência Jurídica (Souza, 2021)²².

²¹ Os países que mais apresentaram registros de indignidade menstrual na forma de textos acadêmicos foram Nepal e Espanha, com quatro referências cada, seguidos de Gana e Gâmbia, com dois cada um. Isso não autoriza afirmar que a condição de indignidade menstrual nestes países seja mais severa, uma vez que não foi este o parâmetro de pesquisa investigado. Também não legitima anunciar que pesquisadores dos continentes africano e asiático se dedicam com maior vigor que aqueles de outros continentes. Apenas comporta asseverar que, dentre as cinco bases de dados eleitas para pesquisa, no recorte temporal escolhido, a partir dos protocolos de busca e critérios de inclusão e exclusão escolhidos, foram percebidos com maior ênfase os relatos de circunstâncias de indignidade menstrual nestes continentes.

²² **O cárcere feminino brasileiro e seus aliados: abandono, violência simbólica e institucional**, de autoria de Célia Regina Nilander de Souza.



Analisando o inteiro teor dos documentos que tratavam a dignidade menstrual no ambiente escolar e/ou educacional, tanto naqueles que faziam referência ao cenário brasileiro quanto internacional, foi possível identificar um discurso uníssono acerca da necessidade de tratar abertamente o tema da menstruação na escola, com meninos e meninas, para desmistificar o fenômeno de todos os estigmas que ainda o cercam. Seguiu nessa trilha a produção acadêmica internacional (Buitrafo, 2024) que, mesmo abordando a necessidade de uma política pública pela promoção da dignidade menstrual no campo educacional, não se dedicou ao propósito de construir um modelo de política pública a partir da perspectiva dos direitos da personalidade.

Na pós-graduação a menstruação não é pauta dos estudiosos da Educação. Pesquisa empírica indicou que, entre 2015 a 2020, no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Unesp, das 91 dissertações analisadas, apenas 21 (equivalente a 23%) fazem referência ao termo (Silva, 2022). É um importante indicativo da necessária formação docente com a temática da dignidade menstrual, normalizando o processo naturalmente biológico que atravessa os corpos com útero, para além de uma pauta meramente higienista.

A formação em educação sexual relatada por Santos (2019) pode ser uma interessante estratégia para o letramento menstrual. Na dissertação de Mestrado defendida em 2019 junto à Universidade Federal de Pelotas, a autora investigou a realidade dos alunos do 7º, 8º e 9º anos, da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pinto Martins (escola rural), na Colônia do Açoita Cavallo, no município de Morro Redondo/RS. Identificou que os jovens eram inseguros e desinformados sobre a sexualidade e que não conversavam com os pais sobre o assunto, mas tiravam dúvidas na *Internet* e com amigos. Foi então proposta a criação de uma unidade didática, composta por 8 (oito) aulas para a abordagem dos temas atinentes à chegada da menstruação, para adolescentes do Ensino Fundamental²³. Este mesmo sentido de formação em educação sexual para a menstruação é posto por Thais Viana Chagas Lima (2023), na pesquisa levada a termo na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Argentina Pereira (Bragança, Pará), para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Foi indicada a necessidade do avanço na discussão acerca da participação da família no desenvolvimento de uma conscientização pela naturalização da

²³ Na conclusão do trabalho, a autora, ainda, oferece um produto educacional em formato de cartilha para auxiliar o professor da Educação Básica nas aulas de educação sexual.



menstruação também na escola (Jarrahi *et al.*, 2021). A autora narra a trajetória de pesquisa por ensaios clínicos randomizados, levados a termo em duas escolas secundárias em Mashhad (no Irã), onde as mães também receberam sessões de treinamento ao mesmo tempo que os alunos, concluindo que a “educação pelos pares com a participação das mães foi mais eficaz na melhoria dos comportamentos de saúde menstrual dos adolescentes, em comparação com o método tradicional de rotina” (Jarrahi *et al.*, 2021, *online*).

A circunstância narrada na pesquisa cujo resultado é subscrito por Asumah *et al* (2022), intitulado “*Schools preparedness for menstrual hygiene management: a descriptive cross-sectional study in the West Gonja Municipality*”²⁴, muito se assemelha aos dados expostos pelo Relatório da UNICEF (2021) para o cenário brasileiro, quando afirma que as chamadas condições *Wash*²⁵ não são atendidas para “mais de 4 milhões de meninas (38,1% do total das estudantes) frequentam escolas com a privação de pelo menos um desses requisitos mínimos de higiene” e, ainda, “quase 200 mil alunas estão totalmente privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na sua escola”. A necessidade de assegurar condições mínimas nas instalações sanitárias nas escolas como pressuposto à dignidade menstrual apareceu, ainda, em muitos outros trabalhos com considerável densidade acadêmica.

Na universidade Birzeit, na Cisjordânia, em pesquisa com 400 (quatrocentas) universitárias, há relatos de que 71% das jovens usavam “produtos menstruais por mais tempo do que o recomendado devido a instalações inadequadas para lavagem no *campus* universitário”; 66% indicaram que precisavam de mais informações acerca do ciclo menstrual e 30,5% não tiveram informações acerca da menstruação antes da menarca (Sahar *et al.*, 2022).

Se destacou entre os demais textos que tratam do absentismo escolar o artigo “*Schools preparedness for menstrual hygiene management: a descriptive cross-sectional study in the West Gonja Municipality*”²⁶ (Asumah *et al.*, 2023). Por intermédio da técnica de pesquisa de análise de conteúdo, a partir de dados qualitativos e quantitativos abstraídos de entrevistas realizadas com 26 (vinte e seis) escolas selecionadas aleatoriamente e 13 (treze) estudantes indicadas, os pesquisadores

²⁴ Numa tradução livre: “Preparação das escolas para a gestão da higiene menstrual: um estudo transversal descritivo no município de West Gonja, região de Savannah, no Gana”.

²⁵ Do inglês *Water, Sanitation and Hygiene*.

²⁶ Numa tradução livre: “Preparação das escolas para a gestão da higiene menstrual: um estudo transversal descritivo no município de West Gonja, região de Savannah, no Gana”.



aplicaram questionários previamente elaborados acerca das condições das instalações sanitárias das escolas. As estudantes afirmaram que 69% das escolas não tinham instalações compatíveis com a necessidade de higiene menstrual. Apenas 38% tinham água, 61,5% não tinham cestos de lixo e apenas 30,8% tinham locais onde poderiam ser trocados os itens de higiene menstrual. Nenhuma escola tinha item de higiene menstrual para uso emergencial. A pesquisa pontuou as que não tinham instalações adequadas e que o poder público deve se ocupar deste tema, “como parte da estratégia nacional de saneamento e higiene”.

Várias pesquisas fazem a intersecção entre a saúde e a educação como fator de desequilíbrio e desigualdade de gênero na educação, o que colabora com a discriminação injusta no pleno acesso das mulheres ao conhecimento e à autonomia pessoal e profissional, mesmo em países nos quais a cultura ainda justifica muita exclusão, como a Índia, o Irã e o Nepal.

Os discursos em forma de expressões tomadas para representar os conceitos sociais e jurídicos correspondem a importantes formas de exteriorização e veiculação de propósitos e ideias, tanto coletivos quanto individuais. Neste sentido (Johnson, 2019), é bastante representativa e traz este conceito ainda inexplorado no Brasil, que mereceu destaque na revisão sistemática levada a termo. A autora, professora de Direito na *University of Baltimore School of Law*, defende políticas públicas de saúde reprodutiva e acesso gratuito a produtos de higiene menstrual para mulheres encarceradas desde 2016. Ao fazer um registro das iniciativas já levadas a termo para o combate da chamada “injustiça menstrual”, que não vem recebendo a atenção suficiente por parte de legisladores, gestores públicos e da comunidade em geral nos Estados Unidos, segundo a autora, o artigo traz uma concepção de “interseccionalidade estrutural”, como “formas sobrepostas de dominação, como o patriarcado, a supremacia branca, a transfobia, o classismo e o capacitismo”, afirmando que a injustiça menstrual é a interseccionalidade estrutural porque é a manifestação de “políticas públicas, práticas institucionais, representações culturais e outras normas” (Johnson, 2019, p. 79). O termo é tomado de uma outra representação de realidade social a partir de minorias étnico-raciais, o “racismo estrutural”, enquanto processo histórico estrutural e estruturante das relações de poder contemporâneas (Almeida, 2018).

Para contextualizar a interseccionalidade estrutural presente na injustiça menstrual, a autora traz o exemplo das mulheres “que se encontram na intersecção



de gênero e idade”, prejudicadas pela injustiça menstrual que afeta as mulheres e meninas em idade escolar pelo acesso restrito a ambientes sanitários adequados. Ainda, homens transgêneros e as pessoas não binárias “que se encontram na intersecção de gênero e de identidade de gênero” são afetados pela injustiça menstrual pela exclusão das políticas públicas e práticas sociais. Portanto, “a injustiça menstrual e as ações para combatê-las devem ser examinadas por meio das lentes da interseccionalidade estrutural” (Johnson, 2019, p. 3)²⁷. Ante a consistência do discurso de Johnson, acessando diretamente a página da *University of Baltimore School of Law*, foi possível identificar outras contribuições teóricas relevantes da autora²⁸ que objetiva justamente a proposição de uma política pública para a efetivação do direito da personalidade à dignidade menstrual e, enquanto tal, inexoravelmente, precisa estar municiada desta lente da interseccionalidade.

Outra constatação digna de nota na conclusão da revisão sistemática foi o estágio em que a pesquisa na área da saúde se encontra na apresentação de subsídios para políticas públicas de dignidade menstrual. A dissertação intitulada “Tradução e adaptação cultural na escala “*menstrual practice needs scale* (MPNS-36)” para o contexto brasileiro”²⁹, defendida por (Souza, 2023) no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Enfermagem do *Campus* de Três Lagoas (CPTL), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ostenta conteúdo relevante quando se propõe a entender como se comportam os hábitos e como as “condições de higiene menstrual podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa

²⁷ A autora deu voz e descreveu elementos teóricos que são fundamentais para a compreensão da indignidade menstrual e o seu enfrentamento por intermédio de políticas públicas que atravessem todos estas “intersecções”, para alcançar todas as pessoas que menstruam em lugares e sob condições que vulneram a sua dignidade, compreendida como o que de mais íntimo existe na constituição da personalidade do ser humano.

²⁸ [“The Ground on Which We All Stand: A Conversation About Menstrual Equity Law and Activism” \(A base sobre a qual todos nós estamos: uma conversa sobre lei e ativismo de equidade menstrual\)](#), 2020, em parceria com **Bridget J. Crawford, Margaret E. Johnson, Marcy L. Karin, Laura Strausfeld, Emily;** [“Title IX and Menstruation \(Título IX e Menstruação\)](#), 2020, em parceria com **Emily Gold Waldman, Bridget J. Crawford;** [“Stop the Stigma Against Menstruation; Starting with the Bar Exam” \(Acabar com o estigma contra a menstruação; Começando com o exame da Ordem\)](#), 2020, em parceria com **Marcy L. Karin, Elizabeth Cooper;** [“Menstrual Dignity and the Bar Exam” \(Dignidade menstrual e o exame da Ordem\)](#), 2021, em parceria com **Marcy L. Karin, Elizabeth Cooper.** Disponível em: https://scholarworks.law.ubalt.edu/do/search/?q=author_iname%3A%22Johnson%22%20author_fname%3A%22Margaret%22&start=0&context=6596086&facet=subject_facet%3AMenstruation. Acesso em: 4 set. 2023.

²⁹ Sem acesso autorizado, conforme já indicado neste trabalho.



população, além de proporcionar avanços no que diz respeito à saúde de modo geral”³⁰.

Outro trabalho relevante nesta mesma linha de avaliação da qualidade de vida no período menstrual é a tese de doutoramento em Enfermagem “**Construção e validação de um questionário de qualidade de vida da mulher no período menstrual**” (Moraes, 2021), junto à Universidade Federal de São Paulo. Aponta para um questionário constituído por “42 itens, distribuídos em 11 facetas que expressam a qualidade de vida da mulher no período menstrual”, tendo a maior concentração na “dimensão da qualidade de vida mais afetada durante a menstruação, com um escore total de 25,4 seguida da imagem corporal e da atividade sexual”. O questionário “apresenta propriedades psicométricas que traduzem um instrumento válido, confiável e consistente, colaborando na assistência à saúde da mulher como uma importante ferramenta”. A autora assevera que “a dimensão de qualidade de vida mais afetada no período menstrual foi a da concentração, seguida pela imagem corporal e a atividade sexual” (Moraes, 2023, p. 108).

O *menstrual practice needs scale* (MPNS-36) corresponde a um questionário que se propõe a medir a qualidade de vida da pessoa menstruada, a partir de parâmetros pré-definidos estrategicamente e que decorreu de uma revisão sistemática (Hennegan *et al.*, 2019), como um “modelo integrado de relações de mapeamento da experiência menstrual, entre fatores contribuintes (antecedentes), experiência menstrual e as consequências de experiências ruins para a saúde e o bem-estar (impactos)”.

Compreende-se que embora tais instrumentos de avaliação tenham sido elaborados a partir de critérios e interesses de outras áreas do conhecimento, são relevantes também como mais um fator a ser considerado para o fim de proposição e construção de uma política pública, já que sistematizam em um índice o padrão de

³⁰ Foram realizadas as seguintes perguntas: “Na escola, consegui trocar meus itens de higiene menstrual (absorvente/coletor menstrual/tampão/pano de absorção menstrual e/ou outros) quando quis?”; “Na escola, fiquei satisfeita com o lugar que eu usei para trocar meus itens de higiene menstrual (absorvente/coletor menstrual/tampão/pano de absorção menstrual e/ou outros)?”; “Na escola, eu tinha um lugar limpo para trocar meus itens de higiene menstrual (absorvente/coletor menstrual/tampão/pano de absorção menstrual e/ou outros)?”; “Na escola, me preocupei que não pudesse trocar meus itens de higiene menstrual (absorvente/coletor menstrual/tampão/pano de absorção menstrual e/ou outros) quando precisasse?”; “Na escola, me preocupei que alguém me visse enquanto trocava meus itens de higiene menstrual (absorvente/coletor menstrual/tampão/pano de absorção menstrual e/ou outros)?”; “Na escola, me preocupei que alguém me prejudicasse enquanto trocava meus itens de higiene menstrual (absorvente/coletor menstrual/tampão/pano de absorção menstrual e/ou outros)?”. Aguarda-se a publicação a ser autorizada pela autora.



satisfação e os elementos que concorrem para o alcance desta condição de bem-estar da pessoa que menstrua. É preciso medir para poder mudar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das evidências apuradas não submergiram trabalhos que tratasse da dignidade menstrual como um direito da personalidade, tampouco de uma política pública visando a sua efetivação no campo da Educação, em suas diversas dimensões.

Conforme afirmado, a perspectiva de análise que mais se aproximou do intento de inspirar uma política pública educacional pela promoção da dignidade menstrual na escola, foi a tese produzida na Colombia por (Buitrafo, 2024). Contudo, assim não cuidou a partir da perspectiva dos direitos da personalidade.

A leitura e a análise atenta das diversas evidências encontradas, obtidas pela aplicação do vigoroso método da revisão sistemática de literatura, descritas em todos os seus estágios, permitem afirmar que, entre o período de janeiro de 2018 a outubro de 2024, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Elton B. Stephens Company (EBSCOhost); no Portal de periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Unicesumar (BDU), não está depositado nenhum trabalho acadêmico e científico que tenha se ocupado da análise e/ou da proposição de uma política pública para a efetivação do direito da personalidade à dignidade menstrual no âmbito da Educação, a partir do Ensino Fundamental II.

A lacuna assim identificada, torna ainda mais necessária a investigação a partir destes parâmetros, como suporte para a proposição de uma política pública estadual que efetive o direito da personalidade à dignidade menstrual no cenário educacional a todas as pessoas que menstruam e, enquanto tais, precisam de reconhecimento, visibilidade e efetivação de direitos.

A escola precisa ser preparada pedagógica e estruturalmente para acolher, compreender, tratar e ofertar a todas as pessoas que menstruam naquele espaço privilegiado de construção do conhecimento, condições equitativas de acesso e permanência, sob pena de ofensa a preceitos basilares que estão no cerne da estruturação de uma sociedade efetivamente plural e justa. A academia precisa



ocupar o seu papel de agente transformador da realidade social, por intermédio do debate sincero e justificado de pautas que contribuam no fortalecimento destes valores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASUMAH, Mubarick Nungbaso; ABUDAKARI, Abulai; GABRIBA Ayishetu. Schools preparedness for menstrual hygiene management: a descriptive cross-sectional study in the West Gonja Municipality, Savannah Region of Ghana. **BMJ Open**, v. 12, n. 4, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/12/4/e056526> Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.394, de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm Acesso em: 5 fev. 2024.

BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. **A abordagem Direito e políticas públicas**: temas para uma agenda de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2021.

BUITRAFO Rivera, F. (2024). **La pobreza menstrual y el desarrollo social y económico: recomendaciones de política pública para la atención a niñas y adolescentes en Colombia**. Tesis de Maestría en Ciencias Económicas Universidad Nacional de Colombia. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/86202#>. Acesso em out. 2024.

COCHRANE. **Evidências confiáveis**. Decisões bem informadas. Melhor saúde. Quem somos. Disponível em: <https://www.cochrane.org/pt/about-us/difference-we-make>. Acesso em: 23 jul. 2023.

COSTA, L. S. da, QUEIROZ, J. de M., SAMPAIO, J. M. C., & Pegoraro, V. A. (2024). **Como me sinto? A relação entre vivências de adolescentes durante o período menstrual e o absenteísmo escolar**. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 17(8), e9385. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/9385>. Acesso em out. 2024.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRAWFORD, Bridget J.; SPIVACK, Carla. Human Rights and Taxation of Menstrual Hygiene Products in an Unequal World. In: ALSTON, Philip G.; REISCH, Nikki (eds.). **Tax, Inequality, and Human Rights**. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3005700 Acesso em: 10 mar. 2019.



CRAWFORD, Bridget J.; SPIVACK, Carla. Human Rights and Taxation of Menstrual Hygiene Products in an Unequal World. *In*: ALSTON, Philip G.; REISCH, Nikki (eds.). **Tax, Inequality, and Human Rights**. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3005700 Acesso em: 10 mar. 2019.

DE MELO, E. H. M., Pinto, C. de M., Mendonça, A. de L., & Barboza, R. da S. (2023). **Entre descartáveis e reutilizáveis: Políticas públicas sobre pobreza menstrual no nordeste do Brasil e observação de tecnologias sociais integradas**. *Revista Foco*, 16(3), e1430. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1430> Acesso em out. 2024.

DENYER, David; TRANFIELD, David. Producing a systematic review. *In*: BUCHANAN, David; BRYMAN, Alan (eds.). **The Sage Handbook of Organizational Research Methods**. Londres: Sage Publications, 2009.

HASSAN, Sahar; GHANDOUR, Rula; BAKRI, Lamia; SHWIKI, Siham; SAFI, Sara; ABUZAIID, Reem; ZEIDAN, Hiba. Menstrual health and hygiene among young Palestinian female university students in the West Bank: a cross-sectional study. **BMJ Open**, v. 3, 2023. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/13/3/e069222> Acesso em: 18 set. 2023.

JARRAHI, Reihaneh; GOLMAKANI, Nahid; MAZLOOM, Seyed Reza; FOROUZANFAR, Hasan. O efeito da educação em saúde menstrual adotando o método de educação por pares com a participação de mães nos comportamentos de saúde menstrual de adolescentes: um ensaio clínico. **Revista de Obstetrícia e Saúde Reprodutiva**, v. 9, n. 1, p. 2582-2589, 2021. Disponível em: https://jmrh.mums.ac.ir/article_17103.html Acesso em: 17 set. 2023.

JOHNSON, Margaret E. Menstrual justice. **UC Davis Law Review**, v. 1, p. 1-79, 2019. Disponível em: <https://lawreview.law.ucdavis.edu/archives/53/1/menstrual-justice> Acesso em: 18 set. 2023.

LARA, Fernanda Corrêa Pavesi; SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SIQUEIRA, Andreia de Abreu. Revisão Sistemática da Literatura como técnica de revisão de literatura na área do direito. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 10, n. 33, p. 82-110, 2022. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1319> Acesso em: 4 mar. 2023.

LERNER, Reilly H. Recognizing Menstrual equity as a dimension of equal educational opportunity. **Journal of Law & Education**, v. 1, p. 226-263, 2023. Disponível em: https://sc.edu/study/colleges_schools/law/student_life/journals/jled/editions/documents/2023_52_1/lerner_final.pdf Acesso em: 18 set. 2023.

LIMA, Thais Viana das Chagas; NASCIMENTO, Torres do; BASTOS, Sandra Nazaré Dias. Menstruação e pobreza menstrual, precisamos falar sobre isso! Experimentações didáticas no Programa Residência Pedagógica. **Revista Temas em Educação**, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em:



<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/64955> Acesso em: 18 set. 2023.

MENARCA. **Dicionário Médico**, 2023a. Disponível em: <https://www.dicionariomedico.com/display.php?action=search&word=menarca>
Acesso em: 5 ago. 2023.

MENOPAUSA. **Dicionário Médico**, 2023b. Disponível em: <https://www.dicionariomedico.com/Menopausa.html>. Acesso em: 5 ago. 2023.
MORAES, Patrícia Albuquerque. **Construção e validação de um questionário de qualidade de vida da mulher no período menstrual**. 2021. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/68379?show=full> Acesso em: 22 set. 2023.

MOTTA, Ivan Dias da; ARAÚJO, Maria de Lourdes; SILVA, Marcos Alves da. Por uma política pública educacional de fornecimento de produtos de higiene menstrual. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 2, n. 2, p. 189-212, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/47217> Acesso em: 1 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. 2021. https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf Acesso em: 4 jun. 2021.

OUZZANI, Mourad; HAMMADY, Hossan; FEDOROWICZ, Zbys; ELMAGARMID, Ahmed. Rayyan — a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, 2016. Disponível em: <https://systematicreviewjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13643-016-0384-4> Acesso em: 5 ago. 2023.

PORTAL da Rede BVS – **Biblioteca Virtual em Saúde**. 2023. Disponível em: <https://red.bvsalud.org/ufags/como-faco-a-importacao-do-gerenciador-de-referencia/>
Acesso em jun. 2023.

REYES, Gabriela Bieger; SILVA, Denise Regina Quaresma; JUNG, Hildegard Suzana. **Reflexões sobre a pobreza menstrual de estudantes na educação básica brasileira**. *Ambivalências*, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 21, p. 40–60, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/19220> Acesso em out. 2024.

SANTOS NETA, Francisca Pires dos. **Relatório da grande reportagem “Pobreza menstrual e seus impactos: relatos de uma Natal que sangra”**. 2022. 59 f. Projeto Experimental (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48481/4/PobrezaMenstrualSeusImpactos_SantosNeta_2022.pdf Acesso em: 18 set. 2023.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucoli de Matos; NOBRE, Moacyr Roberto de. **A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa**



e busca e evidências. Rev Latino-am Enfermagem 2007 maio-junho; 15(3). Disponível em <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15. Jan. 2023.

SANTOS, Luciana Henzel dos. **Educação sexual no Ensino Fundamental: construindo uma unidade didática.** 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: https://quaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/4901/Luciana_Henzel_Santos_Dissertacao.pdf;jsessionid=60D077B83B78F24E594E0BB3C7F74258?sequence= Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, Dayana Almeida. **Abordagem da menstruação nas dissertações de educação sexual: algumas reflexões.** 2022. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/236725> Acesso em: 22 set. 2023.

SOUSA, Célia Regina Nilander de. **O cárcere feminino brasileiro e seus aliados: abandono, violência simbólica e institucional.** 2021. 117 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11365583 Acesso em: 22 set. 2023.

SOUZA, Evely Vitória Azevedo. **Tradução e adaptação cultural na escala “menstrual practice needs scale (MPNS-36)” para o contexto brasileiro.** 2023. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5838> Acesso em: 22 set. 2023.

WILLIG, Caroline Luiza. **Tá de chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola.** 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10463590 Acesso em: 22 set. 2023.

